

Brasil continua sendo o país dos paradoxos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mais do que país das contradições, o Brasil parece ser país dos paradoxos. Esta semana, o presidente José Sarney anunciou a nova política industrial. Contemplou velha reivindicação das indústrias nacionais ao dar a seus responsáveis maior participação no Conselho de Desenvolvimento Industrial. Eles participando das decisões e das ações do governo no setor. Mas não ficam nisso as novidades. Um decreto-lei simplificou e reduziu vasta gama burocrática e fiscal para as importações, assim como outro dispensou controles prévios na exportação de mais de três mil produtos. Em uma palavra, o poder público atendeu aos reclamos dos industriais, no que se refere à indústria.

E o paradoxo? Bem, este salta aos olhos quando se passa, por exemplo, ao plano eleitoral. Porque o governo está longe de atender aos reclamos de um conjunto muito maior, o dos eleitores, em se tratando de eleições. Talvez há mais tempo do que os industriais, 70 milhões de eleitores brasileiros reivindicam o que de mais simples e objetivo lhes parece: votar. No caso, votar para presidente da República, prática realizada pela última vez entre nós nos longínquos idos de 1960. Há 28 anos, portanto, que o eleitorado clama pela prerrogativa surrupiada pelo regime militar. Nem é preciso falar dos resultados desastrosos da omissão do voto popular, no Brasil. Basta recordar que a diladura começou a cair, realmente, quando multidões tomaram as praças públicas, nas capitais e no interior, em 1984, na campanha das diretas já. A Nova República, no poder, preferiu utilizar o jargão de diretas depois.

Pudesse o eleitorado fazer valer sua opinião, como fizeram os industriais, e nenhuma dúvida existiria sobre a vontade de desburocratizar o panorama eleitoral através da imediata realização de eleições para presidente da República. E sem que isso representasse ofensa nenhuma ao presidente José Sarney. Ele não se sentiu atingido, pelo contrário, até concordou, quando cedeu aos reclamos dos industriais e adotou a nova política industrial. Da mesma forma, estaria indo de encontro aos anseios nacionais se, por hipótese, tivesse adotado um comportamento político diverso do que adota. Partisse dele a iniciativa de levar a Assembleia Nacional Constituinte a estabelecer eleições este ano para a sua sucessão e, apesar das dificuldades, dos percalços e dos malogros do governo, sairia consagrado. Ainda mais se a esse prato principal acrescentasse o molho de eleições gerais, para todos os postos eletivos.

Os paradoxos não se interrompem aí, em termos políticos. Tome-se a Assembleia Nacional Constituinte. Ninguém negará a deputados e senadores, de um modo geral, elogios pelo esforço, o sacrifício e o trabalho desenvolvidos, apesar das

exceções. Nunca se trabalhou tanto no Palácio do Congresso como desde 1º de fevereiro de 1987. Por causa disso estamos chegando a uma Constituição acorde com as necessidades nacionais, moderna, ágil e capaz de abrir para o País as portas do século XXI? Nem pensar! Deixa a desejar o texto produzido, apesar de extirpado de múltiplas fantasias, radicalismos e até retracessos. A Carta que for afinal promulgada arrisca-se a vida curta, paradoxalmente, menos pelo que traz do que pelo que não traz. Prolíxa, e eis outro paradoxo, ela deixa de estabelecer princípios fundamentais e inerentes ao funcionamento das instituições. Sempre que tem havido conflito de opiniões, para sair do buraco negro, os constituintes têm recorrido ao expediente de encaminhar as decisões à lei complementar ou ordinária. Essas, assim, em muitos casos serão mais importantes e terão supremacia sobre a lei fundamental. A função social da propriedade, a estabilidade no emprego, a reforma agrária, mecanismos econômicos, educacionais, de saúde e outros estão perigosamente sendo deslocados para a lei comum.

As coisas ficam piores quando se sabe que, na nova Constituição, está criado o mandato de injunção, que obriga o juiz singular a interpretar e a auto-aplicar cada princípio, ou falta dele, à luz de sua interpretação, enquanto a lei complementar e ordinária não for votada. E quando serão votadas as principais? Uma estatística preliminar fala em pelo menos 120, das importantes, que, se não estiverem logo prontas, deixarão o País sem funcionar. Será mero sonho de noite de verão imaginá-las todas prontas este ano. O segundo semestre estará prejudicado por dois fatores: o cansaço dos constituintes, que encontrarão mil pretextos para se refazer da fatia de 18 meses de trabalho ininterrupto, e as eleições municipais, exigindo a presença dos parlamentares federais em suas bases por boa parte do tempo. Paradoxo maior não existirá: teremos uma nova Constituição, mas ela não estará funcionando. Nem funcionará no mínimo antes da metade de 1989.

Tem mais. O atual governo, da Nova República, dissocia-se cada vez mais das forças que lhe deram origem. Menos em termos de pessoas, argumento que já seria considerável, mais em função de posturas, estratégias e programas. Até está o PMDB em perplexidade, rachado e em vias de assistir à formação de um novo partido emergido de seus contingentes históricos. Claro que isso acontece também por falta de espaço para muita gente, mas a razão principal situa-se em que doutrina, objetivos, programas e tudo o mais estão, do PMDB para o governo, em termos de cão e gato. País como os eleitores, não como os industriais, os constituintes e os peemedebistas permanecem envolvidos em ampla frustração. Não conseguem realizar seus ideais, por conta de sermos hoje, como nunca, o País dos paradoxos.